



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 160ª reunião, realizada em 2 de abril de 2014

1 Em 2 de abril de 2014, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental
2 (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros
4 titulares e suplentes: o presidente Adriano Magalhães Chaves, Paulo Afonso Romano,
5 Fernando Antônio Freire Vieira / Gerson Barros de Carvalho, Inês Tourino Teixeira, Mila
6 Magalhães Ribeiro, Marcela Lencine Ferraz, Murilo Fonte Boa Guimarães Moreira, Tales
7 Heliodoro Viana / Ronan Andrade Nogueira, Alexandre Magrineli dos Reis, Armando
8 Leonardo Linhares Araújo Ferreira Silva, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Célio de Cássio
9 Moreira e Licínio Eustáquio Mol Xavier - representantes do poder público; José Luis de
10 Magalhães Neto, Carlos Alberto Santos Oliveira, Alberto José Salum, Eduardo Antônio
11 Arantes do Nascimento, João Carlos de Melo, Otimar Ferreira Bicalho / Jáder Nassif
12 Gonçalves, José Antônio da Cunha Melo, Maria Dalce Ricas, Tobias Tiago Pinto Vieira,
13 Luiz Henrique Martins, Ronaldo Vasconcellos Novais, Fernando Verassani Laureano,
14 Vítor Carvalho Queiroz, Admilson Martins Diniz e Tarcísio Walter Gotelipe Reis -
15 representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO**
16 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente
17 Adriano Magalhães Chaves declarou aberta a 160ª reunião do Plenário do Conselho
18 Estadual de Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
19 **ASSUNTOS GERAIS.** **Data e horário das reuniões do Plenário.** O conselheiro
20 Fernando Verassani Laureano relatou ao Plenário do COPAM dificuldades dos
21 representantes da PUC Minas, entidade à qual representa neste Conselho, de participar
22 das reuniões no período da manhã, às quartas-feiras, por coincidir com o horário
23 acadêmico. Manifestou preocupação quanto aos riscos de perda da representatividade da
24 instituição no COPAM, tendo em vista as sanções previstas no Regimento Interno em
25 razão de ausências. E submeteu à avaliação da Presidência proposta de alteração das
26 sessões para o período da tarde. O presidente Adriano Magalhães Chaves submeteu, ao
27 Plenário, proposta de alteração das sessões para as quartas-feiras, às 14h. A conselheira
28 Maria Dalce Ricas solicitou que as reuniões fossem marcadas para as terças ou quintas-
29 feiras, caso seja aprovada a alteração do horário. A diretora de Coordenação e Apoio aos
30 Colegiados, Vânia Mara de Souza Sarmento, informou que há solicitações para realização
31 das sessões pela manhã e outros pedidos para o período da tarde. Ressaltou ainda que
32 cada entidade possui um conselheiro titular e dois suplentes. O conselheiro Célio de
33 Cássio Moreira registrou dificuldades em função das sessões plenárias da Assembleia
34 Legislativa de Minas Gerais no período da manhã e também à tarde. O conselheiro
35 Ronaldo Vasconcellos Novais considerou que, em qualquer horário, haverá dificuldades e
36 facilidades para atendimento por parte dos vários membros do Plenário e se colocou à

37 disposição para acatar a decisão que for tomada pelo Conselho. Com base nessas
38 manifestações, o presidente Adriano Magalhães Chaves propôs, e foi acatada pelo
39 Plenário, a manutenção do calendário de reuniões do COPAM, aprovado na sessão
40 anterior, e solicitou o empenho dos conselheiros para ajustar às suas agendas. **Ciclo de**
41 **debates sobre a questão animal.** O conselheiro Célio de Cássio Moreira registrou
42 convite aos demais membros do COPAM para participarem, no próximo dia 8, às 10h, na
43 Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de reunião sobre animais de produção e de
44 prestação de serviços, dentro do ciclo de debates relativos às políticas públicas voltadas
45 para a questão animal. A conselheira Maria Dalce Ricas lembrou que foi aprovada uma
46 lei, em São Paulo, que proíbe o uso de cosméticos em animais. O conselheiro Célio de
47 Cássio Moreira agradeceu a presença e a contribuição da Amda nos ciclos de debates e
48 informou que estão sendo colhidas informações de todas as propostas que tramitam na
49 Casa, relativas ao tema, para apresentação de um Projeto de Lei que atenda às demandas.
50 Registrou ainda agradecimentos pelas contribuições recebidas de promotores públicos e
51 de secretários de outros Estados. **Organizações ambientalistas.** O conselheiro Ronaldo
52 Vasconcellos Novais informou sobre a comemoração, no último dia 31 de março, do
53 aniversário de 14 anos da Organização Ponto Terra, com a realização de ciclo de palestras
54 sobre mobilidade urbana, que registrou presença de cerca de 180 pessoas. O conselheiro
55 informou ainda que a Fundação Biodiversitas completou recentemente 25 anos e que a
56 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), entidade que classificou como “a
57 maior, a melhor e a mais antiga das representações de ONGs ambientalistas”, irá
58 comemorar 35 anos de serviços prestados. “Quero mostrar que a sociedade civil, com
59 todas as suas dificuldades, está viva.” A conselheira Maria Dalce Ricas endossou as
60 palavras do conselheiro. “Apesar de termos avançado muito no processo democrático, por
61 muita gente dentro de muitos setores, as organizações da sociedade civil continuam ainda
62 com muita resistência.” **Regulamentação do Código Florestal.** A conselheira Maria
63 Dalce Ricas indagou sobre a comissão interna criada pela SEMAD para elaborar decreto
64 de regulamentação da Lei Florestal e solicitou informações de como irá acontecer a
65 participação da sociedade. O presidente Adriano Magalhães Chaves informou que foi
66 criado um grupo para identificar, na Lei Florestal, os itens considerados de complexa
67 aplicabilidade e que a discussão será aberta antes do envio do decreto para publicação. A
68 conselheira Maria Dalce Ricas solicitou que a sociedade possa participar por meio do
69 **Plenário do COPAM.** **Desenvolvimento sustentável da agricultura.** O conselheiro Paulo
70 Afonso Romano comunicou que foi entregue ao governador do Estado, no último dia 27
71 de março, a Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura
72 2014/2030. “Pela primeira vez de maneira muito ousada, os eixos temáticos foram
73 considerados na perspectiva da multifuncionalidade da agricultura e na perspectiva do que
74 temos chamado de agroecossistemas. Como tal, os eixos centrais discutidos são
75 mundialmente reconhecidos como desafios para as próximas décadas. Temos meio
76 ambiente, água, pobreza, segurança. São temas absolutamente transversais, e estou me
77 referindo ao total de oito temas colocados em discussão. Foram feitas sete reuniões
78 regionais. A versão eletrônica deverá ser disponibilizada e encaminhada aos conselheiros

79 do COPAM para contribuições e a inserção de prioridades no Plano Mineiro de
80 Desenvolvimento Integrado.” **4) EXAME DA ATA DA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
81 **DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 159ª reunião do Plenário do Conselho
82 Estadual de Política Ambiental, realizada em 19 de março de 2014. **5) GESTÃO DA**
83 **FAUNA SILVESTRE / RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS REFERENTES À**
84 **APRESENTAÇÃO FEITA PELO IEF E SEMAD NA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA.**
85 Sônia Cordebelle, gerente de Proteção a Fauna e Flora, do IEF, e Vanessa Coelho Naves,
86 diretora de Apoio Técnico-Normativo, da SEMAD, apresentaram respostas aos
87 questionamentos registrados pela conselheira Maria Dalce Ricas na reunião anterior. Em
88 relação a áreas de solturas em locais inadequados, Sônia Cordebelle informou que o
89 Estado tem compartilhado as áreas com o Ibama e que está em andamento um processo de
90 vistorias de todas as áreas para que possam ser credenciadas. Quanto aos reflexos do
91 monitoramento nos processos de licenciamento ambiental, Vanessa Coelho Naves
92 ressaltou que a transferência da competência de emissão das autorizações para coleta,
93 captura e monitoramento representou um ganho no processo de regularização. “No âmbito
94 do licenciamento, sempre analisamos os impactos para os empreendimentos
95 potencialmente causadores de impactos à fauna. No entanto, ficávamos com competências
96 divididas, uma vez que os relatórios de monitoramento eram apresentados ao Ibama. Após
97 a competência ser passada à Regularização, teremos a oportunidade de completar esse
98 ciclo. Além de analisar o impacto na fauna, teremos condição de analisar os relatórios de
99 monitoramento e conseguir, inclusive, ter dados nesses processos de licenciamento para
100 atualizar as nossas áreas de prioridade para proteção de fauna.” A conselheira Maria
101 Dalce Ricas defendeu o estabelecimento de uma política integrada e destacou a
102 necessidade de serem especificados claramente os objetivos e as finalidades do
103 monitoramento da fauna para que possam ser tomadas medidas concretas. “Política de
104 gestão da fauna é proteger os habitats. Uma das recomendações do IPCC é que se tente ao
105 máximo manter as florestas que ainda estão de pé no planeta. Se queremos uma política de
106 proteção à fauna, manter as áreas prioritárias é fundamental, mas infelizmente até agora
107 não conseguimos que o governo de Minas Gerais corrigisse a diretriz de ‘vamos paralisar
108 o desmatamento’.” A conselheira recomendou que fosse “atacado o tráfico de animais” e
109 destacou a importância da Secretaria de Educação nesse sentido, além de políticas de
110 educação de massa. Comentou ainda sobre a proposta de criação de uma comissão para
111 acompanhamento das políticas no sentido de ajudar o Estado e o IEF a ter o maior êxito
112 possível na proteção à fauna. Vanessa Coelho Naves informou que os dados de
113 monitoramento são indicativos das áreas prioritárias para conservação da fauna e também
114 para medidas de controle a serem implantadas nos empreendimentos. “A partir do
115 momento em que tivermos os dados consolidados, será possível definir com precisão as
116 áreas prioritárias para conservação e adotar as medidas de preservação da fauna no
117 sentido de preservação dos habitats, assim como o combate ao desmatamento.” A
118 conselheira Maria Dalce Ricas considerou que, para que se obtenha sucesso, as ações
119 devem ser adotadas como política de Estado, e defendeu que essa premissa fosse incluída
120 na política de gestão da fauna em Minas Gerais. **6) COMPENSAÇÃO FLORESTAL**

121 **POR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NO BIOMA MATA ATLÂNTICA EM**
122 **MINAS GERAIS. LEI FEDERAL Nº 11.428/2006 E DELIBERAÇÃO**
123 **NORMATIVA COPAM Nº 73/2004. Apresentação: SEMAD.** Germano Luis Gomes
124 Vieira, da SEMAD, fez apresentação ao Plenário sobre o conteúdo das discussões no
125 âmbito do Sisema quanto à definição de critérios para aplicação de compensação florestal
126 por supressão de mata atlântica no Estado de Minas Gerais. Apresentou histórico das
127 legislações sobre o tema e informou que a Deliberação Normativa COPAM nº 73/2004,
128 que está em vigor, ad referendum, será submetida à apreciação da Câmara Normativa e
129 Recursal (CNR). Em seguida, o representante da SEMAD esclareceu pontos destacados
130 pelos conselheiros. A presidente ad hoc Zuleika Stela Chiacchio Torquetti informou que
131 irá levar ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a proposição
132 feita pelos conselheiros Maria Dalce Ricas e Eduardo Antônio Arantes do Nascimento,
133 nesta sessão, para que seja **apresentado ao COPAM o posicionamento político do governo**
134 **do Estado em relação à aplicação dos critérios.** Como orientação jurídica, Germano Luis
135 Gomes Vieira, da SEMAD, informou que, até que seja julgado o ad referendum, deverão
136 ser cumpridos pelo Sisema os critérios estabelecidos na DN 73/2004. **7) DADOS DE**
137 **AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NO ESTADO**
138 **DE MINAS GERAIS. Apresentação: SEMAD.** Andréia Colli, superintendente de
139 Regularização Ambiental, da SEMAD, apresentou ao Plenário os quantitativos de atos
140 autorizativos para supressão de vegetação nativa em Minas Gerais, bem como um
141 histórico da transição de competências e procedimentos de análise de processos. Síntese
142 da exposição. “Até 2001 a competência era do IEF, e, com a criação da Lei Delegada 180,
143 foram criados os Núcleos Regionais de Regularização Ambiental, vinculados às Suprams.
144 E foram estabelecidas as jurisdições desses Núcleos. A partir de 2012, as COPAs
145 passaram a atuar de forma unificada. Em 2012, somando licenciamento e AAFs, não
146 passivos, outorgas insignificantes e DAIAs, foram autorizados 49.129 atos. Em 2013,
147 53.134 atos. Foram autorizados, além desses, pela Supram, 704 atos pelo Núcleo de
148 Atendimento aos Projetos Públicos Prioritários, dentre eles os programas Água para
149 Todos, Caminhos de Minas e Programa de Universalização Rural e Luz para Todos. Uma
150 observação é que, de 2012 para 2013, tivemos acréscimo de 8,15% de atos autorizados.
151 Em se tratando de área de supressão autorizada, tivemos redução de 12,48%. Com a
152 unificação das COPAs, conseguimos ter um controle maior de todos os atos autorizados.
153 Antes da capacitação dos conselheiros e da unificação, foram autorizados, em 2012,
154 aproximadamente 20 mil hectares. Depois disso, no segundo semestre, após a capacitação,
155 foram 12.800 hectares aproximadamente. Temos um controle maior de tudo o que entra e
156 o que sai e assim conseguimos ter uma gestão melhor, com dados mais seguros. Somando
157 URCs e COPAs, foram autorizados, em 2013, 33.120,9 hectares. Vinculados a essas áreas
158 autorizadas, foram averbados 95.663 hectares de reserva legal, e protegidos 23.200
159 hectares de APP. Um destaque é que, desse total de 33.120,9 hectares, 8,3% estão dentro
160 do bioma mata atlântica, 90,89% no bioma cerrado e 0,82% no bioma caatinga.” Após a
161 exposição dos dados, a superintendente da SEMAD esclareceu, a pedido da conselheira
162 Maria Dalce Ricas, a metodologia de aferição dos dados e verificação do cumprimento

163 das medidas de proteção. A conselheira Maria Dalce Ricas considerou que “a efetividade
164 dos dados apresentados deveria ser demonstrada, no mínimo, por fiscalização por
165 amostragem”. A presidente ad hoc Zuleika Stela Chiacchio Torquetti considerou
166 pertinente também uma apresentação, na próxima reunião do Plenário, sobre os dados das
167 fiscalizações realizadas pela Polícia Militar, destacando que “grande parte de suas ações
168 de fiscalização em campo são relacionadas com desmatamento”. Andréia Colli,
169 superintendente da SEMAD: “A partir do segundo semestre de 2013, 100% dos DAIAs
170 autorizados para supressão de vegetação que passam pelas COPAs são encaminhados à
171 Subsecretaria de Fiscalização, que encaminha à Polícia Ambiental, que faz fiscalização de
172 100% desses DAIAs emitidos.” Conselheiro Armando Leonardo Linhares Araújo Ferreira
173 Silva: “Nós temos o levantamento de 2013 pronto e entregue ao secretário, e publicamos
174 no site da Polícia Militar. São dados públicos, e estamos disponíveis para passar todas as
175 informações. Procuramos cumprir 100% do que foi acertado com a Secretaria de Meio
176 Ambiente e praticamente cumprimos próximo disso, porque é uma meta interna nossa.”
177 Presidente Zuleika Stela Chiacchio Torquetti: “Fica a sugestão de trazer dados
178 consolidados sobre essas operações da Polícia Militar, na próxima reunião, demonstrando
179 o avanço e o enfoque que tem sido dado, principalmente a partir do segundo semestre de
180 2013.” **8) METODOLOGIA REFERENTE AO ZONEAMENTO AMBIENTAL E**
181 **PRODUTIVO (ZAP). Apresentação: SEAPA e SEMAD.** Amarildo José Brumano
182 Kalil, da SEAPA, e Leonardo Vieira de Faria, da SEMAD, apresentaram ao Plenário do
183 COPAM a ferramenta denominada Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP),
184 desenvolvida em parceria pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
185 Abastecimento (SEAPA) e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
186 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). O conselheiro Paulo Afonso Romano fez a
187 introdução ao tema e informou que foi entregue ao governador do Estado, no último dia
188 27 de março, minuta de decreto para institucionalização da metodologia no âmbito do
189 Estado de Minas Gerais. Após as exposições, foram esclarecidos pontos destacados pelos
190 conselheiros, como interação do ZAP com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE),
191 ações previstas para os casos de constatação de demanda superior à capacidade de
192 recursos hídricos, identificação de fontes de degradação que possam comprometer a
193 oferta, utilização do ZAP no processo de licenciamento ambiental, custos dos projetos e
194 fonte de recursos, gestão da água e articulação com produtores no campo. O conselheiro
195 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento reforçou a necessidade de institucionalização da
196 metodologia do ZAP, propôs sua incorporação ao planejamento estratégico da Emater e
197 comentou ainda sobre os Indicadores de Sustentabilidade Agroecossistemas (ISA). “A
198 minha opinião é que tem de institucionalizar e normatizar o instrumento, porque o analista
199 ambiental, o servidor público só pode fazer o que a lei manda. Eu acho que a proposta tem
200 que ser formatada, consolidada e apresentada à CNR. Em relação ao ISA, eu acho que
201 deveria não só haver normatização, mas um Projeto de Lei na Assembleia consolidando
202 como instrumento de regularização ambiental, inclusive atribuindo ao extensionista rural
203 o poder da regularização. Se não for institucionalizado e normatizado, o esforço, a meu
204 ver, não vai adquirir a dimensão que ele tem potencialmente.” A conselheira Inês Tourino

205 Teixeira ressaltou a importância de apresentação da metodologia aos Comitês de Bacia e
206 ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Amarildo José Brumano Kalil
207 esclareceu que o ZAP foi apresentando ao CERH e que os Comitês de Bacia da região
208 foram consultados, tendo alguns, inclusive, contribuído na elaboração da metodologia. 9)
209 **PLANO DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE MINAS GERAIS /**
210 **ESCOPO E PROCESSO DE ELABORAÇÃO. Apresentação: FEAM.** Felipe Nunes,
211 gerente de Energia e Mudanças Climáticas, da FEAM, apresentou ao Plenário do COPAM
212 o Plano de Energia e Mudanças Climáticas e ressaltou a importância da transversalidade
213 do tema, envolvendo as diversas secretarias de Estado, instituições da sociedade civil e a
214 sociedade em geral. “Temos como convicção que os conselhos desta natureza podem,
215 além de auxiliar a elaboração do Plano, também contribuir no momento de sua
216 implementação.” Ao final da exposição, informou que, para apoiar o processo
217 participativo, foi lançado o site www.pemc@meioambiente.mg.gov.br, onde estão
218 disponíveis as publicações já realizadas. Comunicou que está prevista uma reunião do
219 Comitê político, nesta semana, e que serão convidados os atores envolvidos para
220 participar das oficinas. Convidou a todos para entrar no site e fazer suas sugestões e
221 críticas. “Isso para se transformar em um plano transversal, com a mobilização dos atores
222 no território. Sem isso não há efetividade de um plano dessa natureza.” O conselheiro
223 Fernando Verassani Laureano parabenizou a FEAM pela iniciativa e registrou
224 comentários sobre o Plano. Disse que a linha de corte em Minas Gerais chamou a atenção
225 e considerou isso como um problema. “Traz as consequências desse efeito para Minas
226 Gerais, mas as causas envolvidas nesse problema extrapola Minas e o Brasil.” Questionou
227 se dentro da perspectiva política existe um plano para levar Minas Gerais a articular uma
228 discussão nacional ou regional ou se todas as ações estarão restritas ao Estado. Felipe
229 Nunes, da FEAM, esclareceu que em âmbito internacional há a cooperação com o
230 governo da França, em que prevê e está ocorrendo transferência de conhecimento. “O
231 Plano está formalizado no acordo de cooperação com a França e será apresentado na
232 Conferência do Clima em 2015 com a temática governos subnacionais, nacionais e como
233 isso interfere em termos de cooperação internacional, quais são os caminhos para
234 destravar as negociações climáticas e as ações efetivas.” No âmbito nacional, Felipe
235 Nunes informou que Minas participa do Núcleo de Articulação Federativa para o Clima,
236 em que todos os Estados participam e os estudos estão sendo contemplados. “O que Minas
237 está fazendo está sendo colocado em discussão nacional, e vamos coordenador junto com
238 o Ministério de Meio Ambiente a agenda de adaptação para o Brasil como um todo.” O
239 conselheiro Alexandre Magrineli dos Reis comentou publicação do Fórum Mundial de
240 Davos e citou a atuação do Hidroex. “A equipe técnica do Fórum Econômico Mundial de
241 Davos publicou, no início deste ano, os riscos globais de 2014. Eles mensuraram 35 riscos
242 do planeta hoje e separaram os dez maiores. A crise da água é a terceira maior, mas o
243 quinto maior risco do mundo hoje são as falhas nas políticas de redução e mitigação de
244 mudanças climáticas. O sexto maior risco é a grande incidência de eventos extremos em
245 decorrência das mudanças climáticas. O oitavo maior risco, em decorrência disso tudo, é
246 colocado como uma crise de alimentos. Quando o mercado fala isso, nós realmente temos

247 que nos preocupar. Tanto é assim que estamos entrando na oitava fase do programa
248 hidrológico internacional, e o nosso trabalho hoje de educação para as águas, que é o
249 nosso foco, é colocado mundialmente dentro do programa de educação para as águas, para
250 tentar auxiliar nas políticas de mitigação de mudança climática. É um problema que as
251 próprias forças de mercado e o sistema ONU estão colocando como prioridade. Nós
252 vamos fazer uma educação para as águas para tentar ajudar nessa política de mitigação.”
253 A conselheira Maria Dalce Ricas parabenizou a FEAM pelo trabalho e considerou o Plano
254 um passo importante para a contribuição de Minas na questão das alterações climáticas.
255 Destacou a força política de Minas no país para que as políticas corretas de mitigação
256 adotadas possam estimular outros Estados e lembrou ainda a participação no Conama, em
257 que os representantes do Estado “tem a oportunidade de lutar para que essa questão seja
258 tratada mais em nível nacional”. A conselheira questionou sobre o envolvimento das
259 demais secretarias de Estado com o Plano de Mudanças Climáticas. Felipe Nunes, da
260 FEAM, comentou que existem “dois grandes desafios” para a equipe que elabora o plano.
261 “O primeiro desafio é reunir todas as informações. O outro é a transversalidade do plano.
262 Se não for uma política de Estado, os objetivos não serão cumpridos. Precisamos que as
263 outras secretarias de Estado estejam envolvidas, mas também a sociedade civil, as
264 organizações não governamentais, para que realmente consigamos ver as oportunidades e
265 as barreiras e vencê-las. Foi feita, em agosto de 2013, a primeira missão técnica com todas
266 as secretarias e instituições do Estado possíveis para trabalhar a transversalidade, e fomos
267 muito bem recebidos por diversas secretarias, como a de Desenvolvimento Econômico e a
268 Seapa, e encontramos técnicos de médio até alto escalão que viram oportunidades de
269 destravar suas próprias agendas para a questão de energia e mudança climática. Agora
270 estamos tendo dificuldades em função, creio eu, do momento político eleitoral, de
271 conseguir aquela mobilização inicial. Por isso estamos tentando ao máximo comunicar,
272 trazer aos conselhos e buscar a cooperação com as outras secretarias, para que o Plano
273 seja de fato transversal. Mas eu acho que o processo participativo vai recuperar essa
274 mobilização. Mas as outras secretarias estão demonstrando claramente o
275 comprometimento com as ações.” Conselheiro Paulo Afonso Romano: “Eu devo registrar
276 que o trabalho, pelo pouco que conhecemos e pudemos participar, tem uma consistência
277 grande e está bem organizado. Poderíamos ter dado mais contribuições se tivéssemos sido
278 mobilizados para participar efetivamente da primeira fase no que é o nosso contexto. Eu
279 queria pontuar duas coisas críticas que praticamente fogem ao nosso alcance para
280 resultados até mesmo a médio prazo. Uma é a questão das políticas definidas pela União.
281 Mais recentemente já não é mais a questão de desmatamento o grande problema, mas a
282 energia. Retornar, puxar para trás essa política energética não compete ao Estado, mas se
283 estamos fazendo um plano temos que gerar agenda, então, é um plano político, e isso tem
284 que ficar muito claro. Outro ponto é o problema cultural. Na agricultura, temos um
285 problema muito sério, principalmente quando falamos dos pequenos e médios produtores:
286 é o problema seriíssimo de sucessão no campo, porque não tem renda. Os jovens estão
287 saindo. Se não tiver um capítulo específico para dimensionar o que genericamente
288 chamamos de pagamento por serviços ambientais, só com a renda do produtor não vamos

289 esperar nada na dimensão principalmente dos pequenos e médios. É uma questão de
290 política. Na nossa agenda, falamos de educação, mas quando se vai ao campo é uma
291 dificuldade enorme até mesmo para interpretar.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
292 Nascimento: “É preciso ter uma atenção muito grande com as políticas estruturantes que
293 estão em curso neste país. Se não muitos dos esforços que são feitos não conseguem se
294 desenvolver. Um dos exemplos é o atual governo ter transformado a gasolina em um
295 instrumento de política econômica. É um desastre ambiental, vai destruir o setor
296 sucroalcooleiro e reduzir as potencialidades do etanol em uma dimensão muito grande. No
297 planejamento estratégico do Ministério das Minas e Energia, são 44 hidrelétricas no
298 Amazonas e no Pantanal. Estamos trocando combustível renovável por gasolina. A
299 segunda questão que me preocupa é a segurança alimentar. Na minha opinião, tem de
300 aprofundar um pouco nessa análise porque no Brasil não há como entender preço de
301 alimentos se não analisar os circuitos de comercialização. Milhares de produtores rurais
302 produzem soja, mas 96% da safra é exportada por apenas quatro empresas. Nessa questão
303 do preço, concordando totalmente com o doutor Paulo Romano, ou o Estado brasileiro
304 assume como política prioritária o pagamento por serviços ambientais ou não tem jeito.
305 Eu quero reafirmar a necessidade de uma política robusta de pagamento por serviços
306 ambientais. Eu acho que sem isso não há como exigir dos agricultores mais do que eles já
307 oferecem à sociedade.” A presidente ad hoc Zuleika Stela Chiacchio Torquetti ressaltou
308 que o Plano de Energia e Mudanças Climáticas será um ponto de partida para o
309 desenvolvimento de outras políticas dentro dos chamados planos setoriais. “Eu reforço
310 que a FEAM e a SEMAD não serão responsáveis pela execução das ações posteriormente
311 à elaboração do plano. Isso vai acontecer nos setores, nas outras secretarias de Estado. Por
312 isso sempre reforçamos essa característica de o plano ser transversal, pois é um plano de
313 Estado. Todas essas questões, principalmente aquelas destacadas aqui com relação à
314 agricultura, terão que ser pensadas, avaliadas e construídas pela Seapa, com o suporte
315 técnico da FEAM, no que diz respeito à base metodológica, para avaliação de mudanças
316 climáticas. Estamos em um primeiro momento de construção de um plano que vai nortear
317 as ações que o Estado vai tomar nesse grande tema.” **10) SITUAÇÃO DA REVISÃO**
318 **DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/2004. Apresentação: SEMAD.**
319 Andréia Colli, superintendente de Regularização Ambiental, da SEMAD, relatou ao
320 Plenário a situação do processo de revisão da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004
321 e apresentou cronograma para as próximas reuniões de trabalho em 2014. A proposta de
322 cronograma, acatada por consenso pelo Plenário nesta sessão, prevê reuniões públicas
323 para discussão do texto da DN e das diversas listagens do Anexo Único, nas Câmaras
324 Temáticas do COPAM: - Reunião pública em 12 de maio e, se necessário, outra no dia 19
325 de maio; - Reunião conjunta da Câmara de Indústria, Mineração e Infraestrutura (CIM) e
326 da Câmara de Instrumentos de Gestão Ambiental (CIG), em 21/5, para discussão das
327 listagens A, B, C, D, F; e listagem E, exceto as atividades de energia; - Reunião conjunta
328 da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP), da Câmara de Proteção à
329 Biodiversidade e Áreas Protegidas (CPB) e da Câmara de Instrumentos de Gestão
330 Ambiental (CIG), em 29/5, para discussão da listagem G; - Reunião conjunta da Câmara

331 de Energia e Mudanças Climáticas (CEM) e da Câmara de Instrumentos de Gestão
332 Ambiental (CIG), em 4/6, para discussão da listagem E, especificamente para as
333 atividades de energia. O conselheiro Alexandre Magrineli dos Reis solicitou que, além do
334 site da SEMAD, as informações sobre essas reuniões fossem disponibilizadas nas mídias
335 sociais, como Facebook e Twitter. Solicitou ainda que o cronograma de reuniões fosse
336 encaminhado aos conselheiros. Outra solicitação registrada pelo conselheiro é que o
337 conteúdo da apresentação do Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP) seja
338 disponibilizado no site da SEMAD. Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “No caso
339 da listagem G, a Federação da Agricultura e outros setores ligados às atividades
340 agrossilvopastoris tem ideias bastante diferentes do que pensa o Sistema de Meio
341 Ambiente. Inclusive, na reunião de alinhamento que deveria ter acontecido na Cidade
342 Administrativa, nós não quisemos nem ouvir a posição do Sisema. Tem um mundo novo
343 vindo aí, como o Cadastro Ambiental Rural e os programas de regularização, e foi uma
344 surpresa muito grande saber que estamos pensando diferente. Desde o primeiro
345 documento de convocação pública, a Federação da Agricultura e as entidades coligadas se
346 manifestaram contrariamente à forma como estavam sendo conduzidos esses estudos.” O
347 conselheiro registrou solicitação à SEMAD para a realização de reunião prévia de
348 alinhamento com a Faemg e demais entidades, para a tentativa de consenso, considerando
349 que o Sisema já recebeu as proposições do setor relativas à listagem G. O conselheiro
350 Paulo Romano informou que a Seapa encaminhou ofício à SEMAD propondo a inclusão
351 do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na listagem G. “A carta enviada mostra a situação de
352 Minas em relação a outros Estados.” O conselheiro alertou que a última reunião para
353 discussão do setor foi suspensa e recomendou que a próxima reunião seja considerada
354 como uma continuidade da anterior. **11) ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo
355 outros assuntos a serem tratados, a presidente ad hoc Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
356 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

361 Presidente ad hoc Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
362
363
364
365